

# OS GRUPOS PSICOTERAPÊUTICOS COMO FERRAMENTA PARA A REDUÇÃO DO SOFRIMENTO PSÍQUICO NAS UNIVERSIDADES

## THE PSYCHOTHERAPY GROUPS AS A TOOL FOR THE REDUCTION OF PSYCHIC SUFFERING IN UNIVERSITIES

Rodrigo Monteiro de Oliveira 1  
Carlos Mendes Rosa 2  
Ana Carolina Peixoto do Nascimento 3

Discente do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciência e Saúde pela Universidade Federal do Tocantins, especialista em Ciências Criminais pela ULBRA, especialista em Educação, Pobreza e Desigualdade Social pela Universidade Federal do Tocantins e graduado em psicologia pelo CEULP/Ulbra. E-mail: psimonteiroli@gmail.com 1

Orientador do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciência e Saúde pela Universidade Federal do Tocantins, doutor em Psicologia Clínica pela PUC-Rio, mestre em Psicologia Clínica pela PUC-Rio, especialista em Psicopatologia Clínica pela Universidade Paulista e graduado em psicologia pela PUC-Goiás. E-mail: carlosmendes@uft.edu.br 2

Discente do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciência e Saúde pela Universidade Federal do Tocantins e graduada em psicologia pelo CEULP/Ulbra. E-mail: ana.carol57@hotmail.com 3  
PUC-Goiás. E-mail: carlosmendes@uft.edu.br

**Resumo:** O presente artigo procurou explorar a temática do sofrimento psíquico no Ensino Superior, bem como o trabalho com grupos, buscando difundir um dos exemplos de grupos que se tornaram instrumentos de resistência e promoção das singularidades. O Grupo de Intervenção Terapêutica e Artística buscou promover intervenções de humanização dos espaços acadêmico e urbano, tornando-se referência no trabalho com o sofrimento psíquico a partir de técnicas do psicodrama e de demais dispositivos artísticos. Certamente existem diversos outros dispositivos que podem auxiliar na prevenção e combate ao sofrimento psíquico no Ensino Superior, porém o trabalho com grupos é uma alternativa viável diante da crescente demanda e do recorrente sucateamento dos espaços públicos e das Instituições de Ensino Superior, visto que necessita de uma infraestrutura mínima e pode contar com o apoio dos próprios discentes.  
**Palavras-chave:** Psicoterapia de Grupo. Educação Superior. Estresse Psicológico.

**Abstract:** This article explored the theme of psychic suffering in Higher Education, as well as working with groups, seeking to disseminate one of the examples of groups that have become instruments of resistance and promotion of singularities. The Grupo de Intervenção Artística e Terapêutica (Therapeutic and Artistic Intervention Group) sought to promote humanization interventions in academic and urban spaces, becoming a reference in working with psychic suffering through techniques of psychodrama and other artistic devices. Certainly there are several other devices that can help prevent and combat psychic suffering in Higher Education, but working with groups is a viable alternative to the increasing demand and the recurrent scrapping of public spaces and Higher Education Institutions, since it requires infrastructure and can count on the support of the students themselves.

**Keywords:** Psychotherapy Group. Higher Education. Psychological Stress.

## Introdução

O sofrimento psíquico tem sido tema recorrente nas pautas relacionadas ao Ensino Superior, principalmente em consequência dos crescentes índices de consumo prejudicial de álcool e outras drogas, transtornos mentais e de suicídio entre estudantes universitários (CERCHIARI; CAETANO; FACCENDA, 2005; SANTOS; PEREIRA; SIQUEIRA, 2013).

Adentrar o ambiente universitário é uma experiência marcada por mudanças na forma como o indivíduo se percebe e é percebido, nas exigências sociais e na transição da adolescência para o mundo adulto. Gomes, Comonian e Araújo (2018) comentam sobre esse período de transição, marcado por uma conquista, mas também por um evento estressor na vida dos acadêmicos, que passam a ser demandados por novas posturas e novas responsabilidades, com o distanciamento do ambiente familiar e uma frágil rede de apoio.

Ainda conforme as autoras, esse processo de adoecimento também se relaciona a percepção do indivíduo dentro da sociedade capitalista, em “uma atividade que perde sua forma ontológica ao produzir a alienação, afastando o ser humano do gênero humano, o desumanizando, provocando assim o adoecimento” (GOMES; COMONIAN; ARAÚJO, 2018, p. 258).

No cenário contemporâneo fica evidente a crescente necessidade social de respostas rápidas para a otimização do tempo, e é marcado pela fragilização das relações interpessoais, caracterizadas por relações líquidas (BAUMAN, 2004) e a produção massiva de subjetividades fabris (FOUCAULT, 1987) a serviço das demandas da sociedade.

O presente artigo pretende abordar a temática do sofrimento psíquico no Ensino Superior, indicando o trabalho com grupos como dispositivo psicoterapêutico na prevenção do sofrimento psíquico e promoção de saúde mental. Outrossim, propomos relatar a experiência de um grupo terapêutico formado por discentes de uma Instituição de Ensino Superior como um espaço de escuta e acolhimento de diferentes demandas, e utilização de técnicas de dinâmicas de grupo para intervir em processos psicossociais.

Observamos que, a partir da abordagem com grupos, é possível estabelecer espaços para a promoção da autonomia, protagonismo e empoderamento dentro de instituições que historicamente mortificam as singularidades (FOUCAULT, 1987; GOFFMAN, 1974). Não pretendemos esgotar o assunto nesse artigo, mas sim apontar caminhos para tecnologias de cuidado junto a população acadêmica, bem como apresentar uma proposta realizada dentro desse contexto, e alguns de seus resultados.

## O sofrimento psíquico no ensino superior

O Século XXI está marcado por uma infinita quantidade de transformações, sejam relacionadas com as dimensões afetivas do ser humano, quanto com os moldes educacionais utilizados para atender as recorrentes demandas do mercado de trabalho. Diante de tantas transformações, que em sua maioria procuram dinamizar a vida, dissolvendo as certezas e tornando o “mundo líquido”, caracterizado por um local repleto de relações superficiais pautadas na sociedade do espetáculo, o sofrimento psíquico emerge com sua face mais temida nas Instituições de Ensino Superior, resultado de um complexo e histórico processo de políticas educacionais que seguem uma lógica excludente e adoecedora (BAUMAN, 2011; DEBORD, 2000).

Os tempos líquidos nos forçam a encarar diariamente o desconhecido, marcado principalmente por uma infinidade de incertezas diante de uma realidade que foge ao nosso controle, exigindo cada vez mais que o sujeito se adeque a um modelo imposto e que muda todos os dias, sendo permeado de “laços inter-humanos (...) cada vez mais frágeis e reconhecidamente temporários” (BAUMAN, 2007, p. 8-9).

A fragilidade dos vínculos é a resposta para um cenário cada vez mais competitivo, onde as relações sociais são colocadas em risco e as pessoas são encorajadas “a se concentrarem na sua sobrevivência individual ao estilo ‘cada um por si e Deus por todos’ – num mundo incuravelmente fragmentado e atomizado, e portanto cada vez mais incerto e imprevisível” (BAUMAN, 2007, p. 20). Trata-se de um tipo particular de narcisismo o qual, diferente do termo clássico definido pela psicanálise, não faz vínculos, mas acaba se perdendo na busca mortífera e incessante de si mesmo, sem a presença do outro (CUNHA; BIRMAN, 2017).

O sofrimento psíquico é um fenômeno multicausal, perpassando pelos contextos social,

histórico e cultural, de acordo com Ceccarelli (2005, p. 475) “o ser humano traz um sofrimento psíquico, geneticamente herdado, causado pelo excesso”, de forma que a patologia surge como uma manifestação do organismo contra uma forma de violência pela qual foi exposto, um excesso em que não houve a devida reorganização psíquica.

Para a Teoria da Adaptação, uma crise pode ocorrer quando o sujeito se depara com situações novas, inesperadas e que representem grande significado emocional, seja ele significativo ou perturbador, exigindo “uma solução criativa e eminentemente pessoal para manutenção ou aumento da eficácia adaptativa” (SIMON; YAMAMOTO, 2008, p. 145).

Certamente toda essa problemática não é exclusiva do Ensino Superior, porém este é o local onde, em sua maioria, as latências emergem e demonstram o adoecimento que foi negado e renegado por anos a fio. É possível identificarmos um sistema educacional, que em sua maioria, está extremamente adoecido, começando pelos elevados índices de adoecimento docente (CORTEZ et al., 2017; FORATTINI; LUCENA, 2015; PIZZIO; KLEIN, 2015) e conseqüentemente reverberando nos discentes (ANDIFES, 2014).

Tendemos a seguir uma lógica puramente comercial e de reprodução do conhecimento por meio da repetição, pautada principalmente no conceito de educação bancária tanto contestada por Freire (1987), em que “o professor irá ‘depositar’ (vem daí a ideia de ‘bancária’) os conteúdos em suas cabeças, como se fossem recipientes a serem preenchidos” (BRIGHENTE; MESQUITA, 2016, p. 161). Como consequência deste grande processo, temos um sistema que cerceia as autonomias, colocando o discente como um ser dependente e vazio de conteúdo (aluno - sem luz), exigindo a memorização de determinado conteúdo para a realização de uma avaliação puramente excludente, que não leva em consideração as singularidades de cada indivíduo, pautado principalmente no discurso meritocrático onde os “melhores” serão os bem-sucedidos.

E como se não bastasse toda essa cobrança por resultados, é necessário escolher uma profissão antes mesmo de saber o que é o mercado de trabalho, raros são os casos em que existe qualquer tipo de apoio prévio de orientação, podendo resultar nos assustadores índices de abandono nas universidades que variam entre 20 e 50% dos que ingressam nas Instituições de Ensino Superior (GHIZONI E TELES, 2005; HOTZA E LUCCHIARI, 1998; MEC, 2002; MERCURI E POLYDORO, 2004; PALMA, PALMA E BRANCALEONI, 2003 apud BARDAGI; HUTZ, 2005). Nesse sentido, Gomes, Comonian e Araújo (2018) elucidam alguns fatores psicossociais, acadêmicos e pessoais que interferem no processo de ensino-aprendizagem e provocam o sofrimento psíquico: as relações de poder professor-aluno, as metodologias de ensino e a fragmentação do saber, o fomento ao ambiente competitivo e a estrutura curricular dos cursos de ensino superior. Podemos identificar, ainda, inúmeros outros fenômenos relacionados com o sofrimento psíquico e que estão presentes no contexto acadêmico, seja a dissolução das relações sociais em vínculos “descartáveis”, a constante exigência por resultados no molde de produções acadêmicas ou notas, o “absenteísmo, depressão, dependência química, melancolia, fobias, isolamento” (XAVIER; NUNES; SANTOS, 2008, p. 428-429).

Todos estes processos permeiam pela atomização do tempo em que exige-se respostas cada vez mais rápidas do sujeito, de forma que “o capitalismo industrial e o poder disciplinar estão no centro dessa questão, não só acelerando o tempo, mas o regulando, exigindo, de fato, um certo regime de atenção e formatação corporal para um sujeito produtivo e adaptável socialmente” (SANZ, 2004, p. 9). São processos de manipulação dos sujeitos como máquinas a serviço do poder, “uma descoberta do corpo como objeto e alvo de poder (...) ao corpo que se manipula, se modela, se treina, que obedece, responde, se torna hábil ou cujas forças se multiplicam” (FOUCAULT, 1987, p. 117), é o trabalho como mão-de-obra da sociedade capitalista.

Ressalta-se que a atividade discente pode ser considerada como uma das infinitas formas de trabalho, visto que demanda significativa energia vital, ainda que não remunerada, em que o sujeito “põe em movimento sua inteligência e suas forças a fim de transformar matérias e lhes dar forma útil à sua vida” (HIRATA; ZARIFIAN, 2003, p. 65). E assim como as demais atividades laborais, o indivíduo também é exposto à uma infinita quantidades de agentes de risco que podem levar ao adoecimento, sejam eles relacionados com o ambiente físico (iluminação, ventilação, temperatura, ruídos, conforto) ou com o ambiente psicológico (relacionamentos, motivação, lideranças, estresse, emoções e etc) (CHIAVENATO, 2014).

Outro fator preocupante com relação aos índices de sofrimento psíquico no ensino superior é o uso e abuso de substâncias psicoativas. Estudos realizados em uma universidade da região sul do Brasil demonstraram que existe correlação entre o sofrimento psíquico e o uso de substâncias psicoativas por estudantes durante o Ensino Superior, considerando que recorrentes exposições em situações de vulnerabilidade podem favorecer um cenário de uso e abuso de substâncias químicas, visto que a “procura por soluções imediatas e as pressões por desempenho em várias de suas formas, comuns no meio acadêmico e característicos do modo de vida contemporâneo, podem ter nos fármacos ansiolíticos opção de alívio” (HORTA, 2003; PELEGRINI, 2003 *apud* HORTA; HORTA; HORTA, 2012, p. 272).

Destaca-se que quando nos referimos ao uso de substâncias químicas não nos limitamos ao uso de drogas ilícitas, mas também ao uso medicamentoso, bem como as demais drogas lícitas, como álcool e a nicotina.

Uma pesquisa realizada pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – ANDIFES (2014) traz dados alarmantes quanto aos fatores de vulnerabilidade dos discentes do Ensino Superior das Instituições Federais, em que elenca índices de ausência da prática de atividades físicas (31,39%), dependência da rede pública de saúde (51,73%), ausência de procura por apoio psicológico (45,44%), dificuldades financeiras (42,21%), carga excessiva de trabalhos acadêmicos (31,14%), dificuldade de adaptação em novas situações (21,85%), dificuldades no relacionamento interpessoal com professores e alunos (19,8%), dentre outros. A pesquisa supracitada também elencou um rol de dificuldades emocionais que de alguma forma interferiram na vida acadêmica dos estudantes pesquisados e dentre elas podemos identificar índices (média nacional) de ansiedade (58,36%), desânimo (44,72%), insônia ou alterações no sono (32,57%), sensação de desamparo/desespero/desesperança (22,55%), sentimento de solidão (21,29%), ideia de morte (6,38%) e pensamento suicida (4,13%).

Paralelo aos motivos elencados acima, também é possível citar os recorrentes casos de assédio em universidades, seja por parte de docentes, discentes ou até mesmo entre os próprios gestores da instituição com seus subordinados (CARAN; ROBAZZI, 2007). Falar sobre assédio no contexto universitário, seja moral ou sexual, é de suma importância, principalmente em um contexto tão adoeceador quanto o ensino superior, porém observa-se que a maioria das pesquisas referem-se apenas ao assédio entre docentes, sendo necessários estudos mais aprofundados para identificar a verticalização deste fenômeno entre discentes, docentes e gestores (CARAN; ROBAZZI, 2007; NUNES; TOLFO, 2015).

Certamente o cenário de evasão escolar no Ensino Superior é permeado por inúmeras causalidades que vão muito além da falta de orientação vocacional, adentrando nas esferas sociais, econômicas, culturais e históricas, fato este que pode ser confirmado ao constatarmos que “determinados estudos indicam que 25% dos potenciais alunos são carentes e não têm condições de ingressar no ensino superior, ainda que este seja gratuito” (BAGGI; LOPES, 2011, p. 356) portanto, não pode ser analisado fora de um contexto histórico mais amplo, pois é reflexo da realidade de níveis anteriores de ensino, influenciando de diversas maneiras para o abandono de um curso superior. A avaliação institucional permeia todos esses processos e pode auxiliar na identificação dos sinais da evasão, reduzindo-a ou mesmo evitando-a. Este artigo analisa a produção teórica que aborda a evasão e a sua relação com a avaliação a partir da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD).

Existem inúmeras estratégias de ações afirmativas que tentam compensar determinadas desigualdades na inserção destas pessoas no Ensino Superior, porém as ações que possibilitem o acompanhamento e a real inserção para a permanência destes estudantes nas rotinas institucionais ainda são escassas, e quando existem não conseguem contemplar a totalidade da demanda, tendo que realizar seleções para escolher um grupo de privilegiados em detrimento de uma multidão em situação de vulnerabilidade (PIOVESAN, 2005).

## Reconhecendo algumas estratégias de cuidado

Existem recorrentes tentativas por parte de algumas Instituições de Ensino Superior na redução do sofrimento psíquico por meio da criação de núcleos de atendimentos, envolvendo principalmente acadêmicos do curso de psicologia em atendimentos psicoterapêuticos regulares de outros discentes (XAVIER; NUNES; SANTOS, 2008). Porém, a sociedade ainda possui muito

preconceito, principalmente com relação ao adoecimento psíquico e a necessidade de procurar ajuda, culminando em demandas que surgem apenas quando o sofrimento se torna insuportável, fazendo que o atendimento psicológico seja colocado como última possibilidade de recurso (PAPARELLI; FANTINI, 2007).

Outro aspecto que é importante ser pautado é a escassez de dispositivos institucionais que permitam a prevenção ao sofrimento psíquico, principalmente com um caráter que possibilite as múltiplas manifestações da singularidade humana. É necessário desenvolver práticas que extrapolam a clínica tradicional e adentrem na clínica ampliada, trabalhando com atendimentos em grupos e na utilização das manifestações artísticas como dispositivos terapêuticos.

Enquanto a clínica tradicional seria aquela marcada pelo espaço característico de atendimentos psicoterapêuticos, geralmente individuais, verticalizadas, com objetivos bem definidos e com início, meio e fim, “a clínica ampliada baseia-se na construção de responsabilidade singular e de vínculo estável entre equipe de saúde e paciente” (CAMPOS; AMARAL, 2007, p. 855), caracterizado por um processo contínuo de acompanhamento intersetorial e interdisciplinar, promovendo a “articulação e diálogo de diferentes saberes para compreensão dos processos de saúde e adoecimento e na necessidade de inclusão dos usuários como cidadãos participantes das condutas em saúde” (SUNDFELD, 2010, p. 1084).

Para isso deve-se superar a recorrente noção de passividade do sujeito, seguindo os preceitos da psicopatologia fundamental e saindo da lógica que busca encaixá-lo em “um discurso que contribua para a cronificação do sofrimento e/ou discriminação do sujeito” (CECCARELLI, 2005, p. 474).

A clínica ampliada torna-se uma ferramenta de fundamental importância no contexto do sofrimento psíquico e do trabalho com grupos, visto que tenta romper com os obstáculos do *setting* tradicional, promovendo espaços de escuta do sofrimento, bem como interação entre os mais diversos personagens envolvidos, objetivando a “produção de saúde nos distintos meios curativos, preventivos, de reabilitação e cuidados paliativos, como também à ampliação do grau de autonomia do usuário, família e da comunidade” (HAFNER et al., 2010, p. 1717).

É necessário pensar em dispositivos que promovam a autonomia e o protagonismo dos sujeitos diante do seu contexto social e do seu próprio sofrimento, possibilitando desta forma a ressignificação de estratégias que proporcionem uma melhor capacidade adaptativa em diferentes situações.

Diante de todo esse cenário é válido destacar uma reflexão importante: se os acadêmicos de psicologia são vistos como cuidadores e responsáveis pela oferta de serviços aos demais discentes, quem cuida destes acadêmicos? Essa é uma resposta complexa e difícil, visto que é comum existir uma associação entre a psicologia e o bem-estar, onde quem exerce sua prática estaria livre de sofrimento psíquico: um engano perigoso e recorrente.

Os discentes do curso de psicologia, bem como os demais que exerçam essa função de cuidado, também necessitam do suporte institucional que vai além da simples supervisão de estágios, permeia o ambiente psicoterapêutico e principalmente na noção de cuidado ao cuidador, que é muito debatido principalmente na área da enfermagem e que pode ser importado para os demais campos profissionais, caracterizado por um fenômeno que proporciona a “interação, compromisso, envolvimento, afetividade, zelo, desvelo, empatia, sinceridade e dedicação como componentes essenciais do cuidar” (CRIVARO; ALMEIDA; SOUZA, 2007, p. 253).

## O trabalho com grupos psicoterapêuticos

Para compreendermos melhor o trabalho com grupos, é importante discutirmos como se constitui um grupo. Um grupo é constituído por um conjunto de pessoas em torno de um mesmo objetivo, em que se mantenha uma comunicação dinâmica entre seus membros, composto por regras que delimitem a atividade proposta e promova uma certa estabilidade aos seus participantes (ZIMERMAN, 1993). Para o autor, ainda, a família é o grupo primordial, onde aprendemos as primeiras regras, estabelecemos as primeiras formas de comunicação e afeto, “todo indivíduo passa a maior parte do tempo de sua vida convivendo e interagindo com distintos grupos” (ZIMERMAN, 1993, p. 51).

Os grupos podem ser divididos de acordo com sua finalidade dentro de dois grandes grupos genéricos: Operativos e Terapêuticos. Dentre os grupos Terapêuticos, temos a ramificação

dos grupos de Autoajuda e os grupos Psicoterapêuticos. Os grupos de autoajuda se configuram na autonomia e autogestão dos indivíduos, baseiam seu funcionamento na ajuda mútua, o conhecimento partilhado parte da experiência, são orientados para um único problema ou objetivo, a participação dos integrantes é voluntária (ROEHE, 2005).

Os grupos Psicoterapêuticos, por sua vez, se ramificam em: grupos de base psicanalítica, Psicodrama, grupos de origem sistêmica, teoria cognitiva-comportamental e abordagem múltipla. Durante este tópico não pretendemos esgotar o assunto, porém, devemos considerar que existem uma série de outros dispositivos que podem ser utilizados, variando de acordo com a realidade de cada instituição e com a criatividade dos facilitadores/organizadores.

O trabalho com grupos pode ser um instrumento significativo para as Instituições de Ensino Superior, principalmente ao considerarmos que geralmente necessitam de um mínimo de infraestrutura, que muitas vezes pode ser aproveitado do próprio cenário da sala de aula, e que possui resultados significativos na transformação de determinada realidade, bem como um vasto potencial terapêutico.

O grande desafio para o trabalho com grupos é o de garantir profissionais técnicos que estejam preparados para lidar com os mais diversos tipos de demandas que podem emergir durante as atividades, evitando, dessa forma, exposições desnecessárias e promovendo eventuais encaminhamentos para atuações paralelas ao contexto grupal, bem como superando a noção tecnicista de que o papel do coordenador seja puramente o de dominar determinadas técnicas e dinâmicas, aplicando-as de forma alheia ao momento dos participantes e em um movimento verticalizado (ANDALÓ, 2001).

Os grupos terapêuticos mostram-se como estratégias viáveis para o trabalho de prevenção ao sofrimento psíquico e promoção de saúde aos discentes, somados aos dispositivos artísticos e lúdicos, buscando métodos que considerem as singularidades locais e que possam tornar o ambiente acadêmico um espaço mais humanizado.

Dentre as ramificações dos tipos de grupos, temos o grupo focal, caracterizado principalmente por um local de discussão com tamanho reduzido, possuindo entre 7 e 12 integrantes que geralmente possuem características em comum, objetivando a obtenção de informações qualitativas, revelando a percepção de seus componentes sobre os temas pautados e mediados por um moderador, que estabelece previamente um roteiro de discussão (GOMES; BARBOSA, 1999). A utilização de grupos focais é interessante pois, geralmente as informações que são obtidas neste local dificilmente seriam coletadas de outras formas, tornando-se um espaço de fundamental importância para realizar determinados tipos de diagnóstico em instituições (KIND, 2004).

Os grupos operativos, por sua vez, são mais voltados ao fenômeno do aprendizado, de forma que “a existência de um mesmo objetivo supõe a necessidade de que os membros do grupo realizem um trabalho ou tarefa comum, a fim de alcançá-lo” (TORRES; HORTALE; SCHALL, 2003, p. 1041). A estratégia de grupos operativos é recorrentemente utilizada no contexto da saúde, utilizando-se dos métodos mais variados, que vão desde dispositivos artísticos, dinâmicas de grupos e até jogos lúdicos com seus integrantes, contando com “a presença e intervenção de um coordenador, que indaga e problematiza, estabelecendo algumas articulações entre as falas e os integrantes, sempre direcionando o grupo para a tarefa em comum” (BASTOS, 2010, p. 166).

Geralmente, enquanto o grupo focal possui temas mais fechados e planejados com certa antecedência, o grupo operativo é caracterizado principalmente por sua flexibilidade, em que seus membros podem propor os eixos de discussão, permitindo certa autonomia e que o grupo tenha suas próprias iniciativas, manifestadas por meio de ações e pensamentos (SOARES; FERRAZ, 2007), considerando que “a flexibilidade facilita a interação do moderador com os grupos, pois cada um deles apresenta uma dinâmica diferenciada” (GONDIM, 2003, p. 154). Ambos possuem potencial efetividade diante dos objetivos de determinada atividade, podendo inclusive serem trabalhados em concomitância, de modo que o grupo focal possa ser utilizado para a identificação de demandas, enquanto o grupo operativo trabalharia as questões que foram identificadas e outras que possam emergir durante as atividades.

Dentre as características dos grupos, podemos elencar os homogêneos, compostos por pessoas com características em comum, sejam físicas ou demandas semelhantes, e os heterogêneos, caracterizados por pessoas com origens, características e/ou demandas diversas (GONDIM, 2003).

Dentre essas duas opções, os grupos heterogêneos mostram-se mais interessantes, visto que “não existe na sociedade um ambiente hermeticamente controlado e homogêneo, por que então tornar o grupo assim?” (ROSA, 2011, p. 583).

Outra característica que podemos citar são os grupos abertos e fechados; o primeiro é caracterizado por um fluxo contínuo de pessoas que entram e saem do cenário, enquanto no segundo existe uma tendência de início, meio e fim, e geralmente as mesmas pessoas que iniciam são as que concluem, salvo nos casos de desistência. Ambos possuem pontos fortes e fracos: enquanto o grupo aberto pode proporcionar uma maior oxigenação dos temas, novos pontos de vista, maior leque de relacionamentos interpessoais, ele também pode ser comprometido com a chegada de um membro novo, as pessoas podem ter receio de se expor, ficando como tarefa do facilitador criar e manejar o grupo em direção à um cenário harmonioso, que permita a entrada de novos integrantes, garantindo o sigilo ético entre seus integrantes, de modo a criar um cenário favorável para a confissão pública (catarse) e a difusão de conhecimentos que contribuam para a evolução do grupo como um todo (SAIDON, 1983).

O espaço de atividades grupais deve ser norteado principalmente pela ética e respeito, tanto por parte dos facilitadores/moderadores quanto por parte de seus integrantes, fato este que deve ser acordado e debatido entre os participantes no início de cada encontro (GONDIM, 2003). É de suma importância que estes espaços sejam locais de promoção da singularidade humana, visto que enquanto o sistema de ensino procura normatizar e igualar os indivíduos, o contexto grupal tentará propor justamente o oposto: buscará valorizar as formas e os espaços de fala, garantindo a livre manifestação do pensamento e tendo como princípio básico o acolhimento, empatia e a alteridade, possibilitando a identificação da nossa própria sombra projetada no outro, oportunizando “o conhecimento de si, a sensação de não estar ‘só no mundo com as próprias dores’ e a chance de modificar algumas posturas e condutas” (ROSA, 2011, p. 582).

No campo das estratégias utilizadas, destacam-se as dinâmicas de grupo, caracterizadas principalmente por atividades em que “são vivenciadas situações simuladas, proporcionando sensações da vida real, nas quais os participantes poderão agir com autenticidade, buscando aperfeiçoamento de sua conduta, em situação de auto-avaliação” (ANDRADE, 2010, p. 17). As técnicas utilizadas para as dinâmicas de grupo podem ser as mais variadas, como por exemplo “as dramatizações (desempenho de papéis), as discussões intra e intergrupos, os exercícios vivenciais, as simulações e os estudos de caso” (FAILDE, 2013, p. 20).

No contexto das dinâmicas de grupo, constantemente são utilizadas técnicas do psicodrama, considerada uma técnica psicoterápica que possui origens no teatro, procurando reconstruir e colocar em movimento determinado contexto de cada membro do grupo, considerando o indivíduo a partir de sua experiência social e não de forma isolada (ROJAS-BERMÚDEZ, 2016). Para Moreno (2014) no psicodrama clássico o psicoterapeuta não sairia do seu papel para entrar no cenário grupal, cabendo a ele as tarefas de supervisão, direção e observação, mantendo certa distância dos pacientes e podendo utilizar outras pessoas como um ego-auxiliar quando for necessário que seja desenvolvido algum papel específico.

O psicodrama bipessoal seria aquele em que não se utiliza de egos auxiliares e o cenário psicodramático é formado apenas por uma relação entre terapeuta e paciente, em que o profissional passa a ser um dos atores no *setting* terapêutico e que pode perpassar tanto pelo movimento corporal e fala, quanto da projeção por meio de técnicas de desenho (psicograma) e estojos terapêuticos (brinquedos), de forma que “é possível a utilização de brinquedos para representar figuras internalizadas, além de fatos e sentimentos difíceis de descrever ou reconhecer, e, a partir dessa representação, recorrer à técnica psicodramática” (CUKIER, 1992, p. 22).

Também é possível pensar em estratégias que busquem horizontalizar as relações entre os participantes e os facilitadores, utilizando técnicas do psicodrama tradicional atreladas ao psicodrama bipessoal, permitindo desta forma que os facilitadores sejam incluídos no *setting* das dinâmicas, fazendo parte de todo o processo terapêutico de forma direta. Essa alternativa, identificada como sócio-drama (ANDALÓ, 2001), proporciona um vasto potencial terapêutico tanto aos integrantes do grupo quanto aos facilitadores, tornando-se uma alternativa viável quando consideramos que no contexto universitário a maioria dos grupos poderia ser coordenado pelos próprios discentes.

Outras abordagens utilizam as dinâmicas de grupo para o treinamento de habilidades sociais, ou seja, determinados comportamentos que o indivíduo possui em seu repertório e que são fundamentais para a manutenção de relacionamentos saudáveis com outras pessoas (DEL PRETTE; DEL PRETTE, 2017). Esses comportamentos variam de acordo com cada indivíduo, possuindo relação direta com seu contexto sócio-histórico-cultural, personalidade, sexo e etc., visando principalmente “uma conduta eficaz socialmente e não-danosa” (BARTHOLOMEU; NUNES; MACHADO, 2008, p. 41).

Essas habilidades sociais podem contribuir para a manutenção da harmonia entre as relações interpessoais, apresentando “correlação positiva com vários indicadores de funcionamento adaptativo como rendimento acadêmico, responsabilidade, independência e cooperação” (DEL PRETTE; DEL PRETTE, 2017, p. 16-17). Apesar de serem comportamentos aprendidos, as habilidades sociais que não são utilizadas com certa regularidade podem ser perdidas, existindo a possibilidade de acarretar em uma série de dificuldades relacionadas com a cognição ou afeto (BARTHOLOMEU; NUNES; MACHADO, 2008).

De fato, existem inúmeras outras técnicas de trabalho em grupos que poderiam ser citadas neste artigo, porém o tema foi delimitado para demonstrar mecanismos práticos como estratégia de cuidado em Instituições de Ensino Superior, proporcionando desta forma a difusão de programas institucionais que possibilitem a redução do sofrimento psíquico, assim como veremos no tópico a seguir.

### **Grita: uma estratégia de cuidado no ambiente acadêmico**

O Grupo de Intervenção Terapêutica e Artística (GRITA) surgiu no Centro Universitário Luterano de Palmas no ano de 2011, como resposta às demandas dos discentes frente ao contexto acadêmico estressante. Inicialmente, surgiu como proposta independente e autogerida por acadêmicos do curso de Psicologia e, posteriormente, foi incorporado ao Núcleo Alteridade, responsável pelo apoio ao discente, onde se concentram outras atividades de cunho terapêutico e pedagógico.

O GRITA teve como teoria basilar a formação em humanização hospitalar do grupo UTI da Alegria, por meio da figura do *clown* (palhaço), o objetivo desse grupo terapêutico é auxiliar na recuperação dos pacientes através da terapia do riso, ou risoterapia, envolvendo também familiares e profissionais de saúde (OGIRASSOL, 2009). A formação no grupo UTI da Alegria envolveu a capacitação para o desenvolvimento das habilidades necessárias para a atuação como palhaço no contexto hospitalar, que passam por técnicas de cuidado, peças teatrais, dinâmicas de grupo e formação do personagem (*clown*).

Inicialmente, o projeto GRITA propunha realizar treinamentos com um grupo de discentes para intervenções artísticas que proporcionariam a humanização de determinados espaços, principalmente o acadêmico, partindo do mesmo pressuposto do grupo de referência: UTI da Alegria. Porém, com o tempo e quase que acidentalmente, o grupo foi tornando-se referência no trato com o sofrimento psíquico no contexto universitário e os discentes passaram a buscar o grupo com demandas relacionadas ao ambiente acadêmico e que, conseqüentemente, afetavam seu contexto pessoal, ou o oposto.

Na medida que o objetivo do grupo foi se adaptando às necessidades emergentes, suas regras de funcionamento, seu “enquadre”, também foram modificadas, passando para um grupo com formato aberto, de encontros semanais e que utilizava diversas técnicas de dinâmicas de grupo, seguidas de reflexões entre os participantes acerca de suas dificuldades, percepções e sentimentos. Por tratar-se de um grupo aberto, seu número de participantes flutuava, sempre variando entre cinco e trinta pessoas, que em sua maioria eram indicados pelos próprios discentes e docentes da universidade, contando também com a participação de discentes de outras universidades que ouviram falar do trabalho que era realizado.

A estrutura física que o grupo utilizava era composta por uma sala disponibilizada pela universidade, que possuía um tatame grande o suficiente para que comportasse todos os participantes. Eram utilizados, também, recursos audiovisuais (músicas, vídeos, filmes), e artísticos (desenhos, teatros, objeto cinematográficos, etc.).

Um fato importante de ser salientado é que, apesar de ser um projeto com coordenação

compartilhada entre os docentes e discentes do curso de psicologia, principalmente com relação ao planejamento das atividades a serem realizadas, o grupo almejava a autogestão, buscando a flutuação dos papéis de facilitação do grupo, além disso, por diversas vezes as demandas grupais levaram à dinâmicas que não haviam sido planejadas previamente, e quando eram planejadas e executadas identificavam-se possibilidades que não haviam sido levantadas anteriormente.

Ao contrário do que a maioria das técnicas psicodramáticas sugerem, conforme visto anteriormente, o facilitador participava das dinâmicas como os demais participantes, inclusive relatando suas dificuldades, percepções e sentimentos ao coletivo. As atividades eram norteadas sempre pelo respeito ao próximo, principalmente ao momento do outro, e em todos os encontros eram feitos acordos acerca da necessidade de sigilo e de compreensão sobre as mais diversas formas de expressão e opinião.

Certamente, o grupo exigia que seus participantes tivessem ampla capacidade de improviso e sensibilidade para perceber o momento de cada sujeito, e do próprio grupo, evitando assim adentrar em questões pessoais e que poderiam causar certo tipo de constrangimento ou sofrimento, devendo saber o momento certo de interromper determinadas dinâmicas e de realizar encaminhamentos para outros serviços disponibilizados na universidade, tal como a psicoterapia individual, ou mesmo ao Núcleo Alteridade.

Também era de fundamental importância construir um movimento grupal que fosse capaz de acolher os sujeitos em suas demandas, seja na recusa em participar de alguma dinâmica ou em suas dificuldades, possibilitando a criação de um cenário de acolhimento que muitas vezes é distinto do contexto acadêmico, onde exige-se determinadas posturas e comportamentos sem levar em conta a singularidade de cada sujeito.

Os encontros possuíam um tempo médio de duas horas, e aconteciam nos intervalos de aula dos turnos vespertinos e noturno, oportunizando desta forma que os estudantes pudessem participar do grupo em horários que não prejudicassem seus períodos de aula. Em cada encontro eram realizadas, em média, três dinâmicas de grupo, de forma progressiva: a primeira geralmente era alguma mais direcionada para a integração, sensibilização e acolhimento das demandas; a segunda já possuía um cunho mais reflexivo e existencial, de modo que o indivíduo pudesse refletir sobre questões pessoais e interpessoais; a terceira dinâmica já era mais ligada à descontração entre os integrantes, possibilitando o retorno às atividades acadêmicas em certo nível de energia.

Após cada dinâmica era realizada a reflexão sobre as percepções e ao final, realizava-se uma autoavaliação do grupo, com sugestões, críticas e o convite para voluntários que quisessem realizar dinâmicas nos próximos encontros. Durante todos os encontros, o grupo se colocava em posição de círculo, possibilitando que os integrantes desenvolvessem habilidades interpessoais com os demais integrantes (olhar, fala, gestos e etc.).

Com o tempo o GRITA tornou-se um cenário para a humanização do ambiente acadêmico e para a redução do sofrimento psíquico na universidade, promovendo intervenções não somente no local dos encontros, mas também em eventos e até nos espaços da cidade. Atualmente o grupo ainda encontra-se em funcionamento, devido ao processo de autogestão em que o papel do facilitador é compartilhado e vai sendo apropriado por estudantes do curso de psicologia, e até de outros cursos da instituição.

Projetos como este nos mostram que o trabalho em grupos é uma alternativa viável e muito efetiva para lidar com questões relacionadas com o sofrimento psíquico nas Instituições de Ensino Superior, oportunizando a promoção da autonomia do sujeito, o fortalecimento dos seus relacionamentos interpessoais, o lugar de fala e o de escuta.

## **Considerações Finais**

Seria um erro falar sobre sofrimento psíquico sem considerar as principais mudanças da sociedade moderna, principalmente com a aceleração do tempo e a constante exigência por resultados, sendo necessário repensar os moldes de ensino que ainda apresentam fortes indícios das linhas de produção ao prezar por critérios quantitativos em detrimento dos qualitativos. Enquanto permanecermos nesta lógica, continuaremos aniquilando nossos jovens e tornando o Ensino Superior um terreno fértil para o sofrimento psíquico, sendo que é necessário criar espaços de resistência à mortificação dos sujeitos.

Nesse sentido, a disponibilização de dispositivos de apoio ao discente são de suma importância, principalmente com serviços multidisciplinares, sejam atendimentos em saúde, sociais e/ou jurídicos, possibilitando, desta forma, uma maior rede de cuidado e que tenha relação direta com o contexto de políticas públicas para eventuais referenciamentos na rede de serviços. A Instituição de Ensino Superior não deve tomar o fenômeno do sofrimento psíquico única e exclusivamente para si, visto que deve contar com o apoio intersetorial de uma vasta quantidade de políticas sociais que possibilitarão intervenções que extrapolam os muros institucionais.

Tampouco, deve-se individualizar o sofrimento do discente, não levando em consideração o ambiente acadêmico no qual está inserido, e seus fatores estressores. Para que qualquer estratégia de cuidado nas universidades seja efetiva, ela precisa deixar de ser verticalizada e imposta, contando com a participação dos próprios discentes e o apoio institucional em ações conjuntas, de modo a possibilitar espaços que promovam a autonomia, protagonismo e o empoderamento dos sujeitos.

As estratégias de empoderamento dos sujeitos possibilitarão a criação dos lugares de fala, locais para que as demandas sejam ouvidas e trabalhadas, um espaço em que seja possível “demonstrar (o que ninguém mais sabe), (...) para desabafar (sobre o que ninguém mais sofre)” (SALGADO; GATTI, 2018, p. 578).

O trabalho com grupos mostra-se como um importante dispositivo quando pensamos em prevenção ao sofrimento psíquico e promoção de cuidado no Ensino Superior, porém ele deve ser associado à diversos outros mecanismos institucionais e de demais políticas públicas para o auxílio e redução das vulnerabilidades sociais entre os discentes, visto que o fenômeno do adoecimento é composto por aspectos sociais, psicológicos e físicos (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 1946), além dos fatores ligados aos meios comunitários, ambientais, institucionais, interpessoais, culturais e acadêmicos.

É necessário salientar que o trabalho com grupos deve respeitar as especificidades locais de cada instituição, considerando que não existe fórmula mágica ou receita pronta que funcionará em qualquer lugar, devendo haver um árduo e contínuo processo de estudos e de adaptação à realidade local.

Em geral, os grupos operativos são dispositivos muito úteis para o trabalho no contexto acadêmico, visto que possibilita um arcabouço maior de possibilidades e uma intervenção contínua, caracterizada principalmente pela autogestão. Certamente o processo de autogestão mostra-se trabalhoso e necessita de muito empenho por parte do coletivo, principalmente dos facilitadores ao abdicar o papel de detentor do saber e emergir em uma relação horizontalizada e de igualdade entre todos os membros do grupo.

O GRITA é um dos exemplos de grupo que pode servir como modelo de replicação em outras instituições, principalmente ao exemplificar o processo de autogestão e utilizar técnicas do psicodrama e das demais artes como dispositivos terapêuticos, proporcionando desta forma a ocupação e a humanização, não só de ambientes acadêmicos, mas também de espaços urbanos.

Esse mecanismo possibilitou um cenário de promoção da subjetividade e compartilhamento de experiências, bem como o desenvolvimento de uma cultura de paz em que exista o respeito às opiniões e sentimentos diferentes, fazendo com que uma instituição que geralmente amortiza e padroniza as pessoas, garantisse um local para a livre manifestação do pensamento que vai além do conteúdo curricular.

Ressalta-se que este artigo não pretendeu esgotar o conteúdo do trabalho com grupos e do sofrimento psíquico, tão pouco reduzir as estratégias de resistência à uma única abordagem, porém procurou demonstrar que é possível realizar atividades que promovam a autonomia do sujeito, ainda que existam poucos recursos disponíveis. Também poderíamos pensar em estratégias de redução do sofrimento desde os anos iniciais da escolarização, evitando desta forma que o acúmulo de demandas reprimidas durante este período surja com mais força no Ensino Superior, criando também uma cultura de diálogo e que possibilite a desconstrução do estigma relacionado ao adoecimento psíquico e a resistência aos processos psicoterapêuticos.

## Referências

ANDALÓ, C. S. DE A. **O papel do coordenador de grupos**. Disponível em: <<https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/psicologia/o-papel-de-coordenador-de-grupos/8027>>.

Acesso em: 20 abr. 2019.

ANDIFES. **IV Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Instituições Federais de Ensino Superior Brasileiras**. Disponível em: <[http://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2017/11/Pesquisa-de-Perfil-dos-Graduandos-das-IFES\\_2014.pdf](http://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2017/11/Pesquisa-de-Perfil-dos-Graduandos-das-IFES_2014.pdf)>. Acesso em: 20 abr. 2019.

ANDRADE, S. G. **Teoria e prática de dinâmica de grupo: jogos e exercícios**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.

BAGGI, C. A. D. S.; LOPES, D. A. Evasão e avaliação institucional no ensino superior: uma discussão bibliográfica. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 16, n. 2, p. 355–374, 2011.

BARDAGI, M.; HUTZ, C. S. Evasão universitária e serviços de apoio ao estudante: uma breve revisão da literatura brasileira. **Psicologia Revista**, v. 14, n. 2, p. 279–301, 2005.

BARTHOLOMEU, D.; NUNES, C. H. DA S.; MACHADO, A. A. Traços de personalidade e habilidades sociais em universitários. **Psico-USF**, v. 13, n. 1, p. 41–50, 2008.

BASTOS, A. B. B. I. A Técnica de Grupos-Operativos à Luz de Pichon-Rivière e Henri Wallon. **Psicólogo inFormação**, v. 14, n. 14, p. 160–169, 2010.

BAUMAN, Z. **Amor Líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

BAUMAN, Z. **Tempos líquidos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

BAUMAN, Z. **44 Cartas do Mundo Moderno Líquido**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

BRIGHENTE, M. F.; MESQUITA, P. Paulo Freire: da denúncia da educação bancária ao anúncio de uma pedagogia libertadora. **Pro-Posições**, v. 27, n. 1, p. 155–177, 2016.

CAMPOS, G. W. DE S.; AMARAL, M. A. DO. A clínica ampliada e compartilhada, a gestão democrática e redes de atenção como referenciais teórico-operacionais para a reforma do hospital. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 12, n. 4, p. 849–859, 2007.

CARAN, V. C. S.; ROBAZZI, M. L. DO C. C. **Riscos Psicossociais e Assédio Moral no Contexto Acadêmico**. Ribeirão Preto: Universidade de São Paulo, 2007.

CECCARELLI, P. O sofrimento psíquico na perspectiva da psicopatologia fundamental. **Psicologia em Estudo**, v. 10, n. 3, p. 471–477, 2005.

CERCHIARI, E. A. N.; CAETANO, D.; FACCENDA, O. Prevalência de transtornos mentais menores em estudantes universitários. **Estudos de Psicologia (Natal)**, v. 10, n. 3, p. 413–420, 2005.

CHIAVENATO, I. **Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações**. 4. ed. Barueri: Manole, 2014.

CORTEZ, P. A. et al. A saúde docente no trabalho: apontamentos a partir da literatura recente. **Cadernos de Saúde Coletiva**, v. 25, n. 1, p. 113–122, 2017.

CRIVARO, E. T.; ALMEIDA, I. S. DE; SOUZA, I. E. DE O. O Cuidar Humano: articulando a produção acadêmica de enfermagem ao cuidado e ao cuidador. **Revista Enfermagem UERJ**, v. 15, n. 2, p. 248–254, 2007.

- CUKIER, R. **Psicodrama bipessoal**. São Paulo: Ágora, 1992.
- CUNHA, M. P. DA; BIRMAN, J. Muros do vazio: Narciso revisitado. **Tempo Psicanalítico**, v. 49, n. 2, p. 30–49, 2017.
- DEBORD, G. **A Sociedade do Espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- DEL PRETTE, Z. A. P.; DEL PRETTE, A. **Psicologia das habilidades sociais na infância: teoria e prática**. Petrópolis: Vozes, 2017.
- FAILDE, I. **Manual do facilitador para dinâmicas de grupo**. Campinas: Papyrus, 2013.
- FORATTINI, C. D.; LUCENA, C. Adoecimento e sofrimento docente na perspectiva da precarização do trabalho. **Laplage em Revista (Sorocaba)**, v. 1, n. 2, p. 32–47, 2015.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**. 27. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.
- FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GOFFMAN, E. **Manicômios, Prisões e Conventos**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1974.
- GOMES, C.; COMONIAN, J. O.; ARAÚJO, C. L. Sofrimento psíquico na Universidade: uma análise dos sentidos configurados por acadêmicos. **Revista Psicologia, Diversidade e Saúde**, v. 7, n. 2, p. 255–266, 2018.
- GOMES, M. E. S.; BARBOSA, E. F. A Técnica de Grupos Focais para Obtenção de Dados Qualitativos. **Revista Educaiva**, p. 1–7, 1999.
- GONDIM, S. M. G. Grupos focais como técnica de investigação qualitativa: desafios metodológicos. **Paidéia**, v. 12, n. 24, p. 149–161, 2003.
- HAFNER, M. DE L. M. B. et al. A formação médica e a clínica ampliada: resultados de uma experiência brasileira. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 15, n. 1, p. 1715–1724, 2010.
- HIRATA, H.; ZARIFIAN, P. O Conceito de Trabalho. In: EMÍLIO, M. et al. (Eds.). **Trabalho e Cidadania Ativa para as Mulheres: Desafios para as Políticas Públicas**. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003. p. 65–69.
- HORTA, R. L.; HORTA, B. L.; HORTA, C. L. Uso de drogas e sofrimento psíquico numa universidade do Sul do Brasil. **Psicologia em Revista**, v. 18, n. 2, p. 264–276, 2012.
- KIND, L. Notas para o trabalho com a técnica de grupos focais. **Psicologia em Revista**, v. 10, n. 15, p. 124–136, 2004.
- MORENO, J. L. **Fundamentos do psicodrama**. 1. ed. São Paulo: Summus, 2014.
- NUNES, T. S.; TOLFO, S. DA R. O Assédio Moral no Contexto Universitário: uma discussão necessária. **Revista de Ciências da Administração**, v. 17, n. 41, p. 21–36, 2015.
- OGIRASSOL. **UTI da Alegria, da Federação Espírita do TO, abre inscrições**. Disponível em: <<http://www.ogirassol.com.br/estado/uti-da-alegria.-da-federacao-espirita-do-to.-abre-inscricoes>>. Acesso em: 22 abr. 2019.
- PAPARELLI, R. B.; FANTINI, M. C. Psicólogos em Formação: Vivências e Demandas em Plantão

- Psicológico. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 27, n. 1, p. 64–79, 2007.
- PIOVESAN, F. Ações afirmativas da perspectiva dos direitos humanos. **Cadernos de Pesquisa**, v. 35, n. 124, p. 43–55, 2005.
- PIZZIO, A.; KLEIN, K. Qualidade de vida no trabalho e adoecimento no cotidiano de docentes do ensino superior. **Educação & Sociedade**, v. 36, n. 131, p. 493–513, 2015.
- ROEHE, M. V. O que são grupos de auto-ajuda. **Revista de Ciências Humanas**, v. 6, n. 6, 2005.
- ROJAS-BERMÚDEZ, J. G. **Introdução ao psicodrama**. São Paulo: Ágora, 2016.
- ROSA, C. M. Por Uma Psicoterapia Psicanalítica De Grupo. **Polêmica**, v. 10, n. 4, p. 575–586, 2011.
- SAIDON, O. **Práticas Grupais - A Psicanálise**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1983.
- SALGADO, L. S.; GATTI, M. A. Considerações sobre o sintagma “lugar de fala”: um operador de vozes emponderadas? **Discurso & Sociedad**, v. 12, n. 3, p. 565–580, 2018.
- SANTOS, M. V. F. DOS; PEREIRA, D. S.; SIQUEIRA, M. M. DE. Uso de substâncias psicoativas entre estudantes de Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, v. 62, n. 1, p. 22–30, 2013.
- SANZ, C. L. **Modernidade Epistemológica e Aceleração do Tempo**. Congressos Anuais da Intercom / Núcleo de Pesquisa - Teorias da Comunicação. **Anais...Portcom**, 2004Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/40381802350932986771022479174038858519.pdf>>. Acesso em: 2 abr. 2019
- SIMON, R.; YAMAMOTO, K. Psicoterapia Breve Operacionalizada em Situação de Crise Adaptativa. **Mudanças - Psicologia da Saúde**, v. 16, n. 2, p. 144–151, 2008.
- SOARES, S. M.; FERRAZ, A. F. Grupos operativos de aprendizagem nos serviços de saúde: sistematização de fundamentos e metodologias. **Escola Anna Nery Revista de Enfermagem**, v. 11, n. 1, p. 52–57, 2007.
- SUNDFELD, A. C. Clínica ampliada na atenção básica e processos de subjetivação: relato de uma experiência. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 20, n. 4, p. 1079–1097, 2010.
- TORRES, H. DE C.; HORTALE, VIRGINIA A.; SCHALL, V. A experiência de jogos em grupos operativos na educação em saúde para diabéticos. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 19, n. 4, p. 1039–1047, 2003.
- WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Constitution os the World Health Organization**. Disponível em: <<http://apps.who.int/gb/bd/PDF/bd47/EN/constitution-en.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2019.
- XAVIER, A.; NUNES, A. I. B. L.; SANTOS, M. S. DOS. Subjetividade e sofrimento psíquico na formação do Sujeito na Universidade. **Revista Mal-Estar e Subjetividade**, v. 8, n. 2, p. 427–451, 2008.
- ZIMERMAN, D. E. **Fundamentos Básicos das Grupoterapias**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.